

## IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA VIDA DOS PERMISSIONÁRIOS APÓS A CONSTRUÇÃO DO BALNEÁRIO CURVA SÃO PAULO EM TERESINA – PI

### SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS ON THE LIFE OF PERMISSION HOLDERS AFTER THE CONSTRUCTION OF THE BALNEARY "CURVA SÃO PAULO" IN TERESINA –PI

**Francisca das Chagas Gomes de Jesus Fernandes**

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).  
E-mail: franciscalivre@hotmail.com

**Liége de Souza Moura**

Orientadora. Doutora em Geografia pela UFPE. Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).  
E-mail: liege.moura@hotmail.com

#### RESUMO

Os balneários se constituem em espaços que proporcionam sensação de bem-estar e tranquilidade, pois possibilitam momentos de lazer e descontração para quem deles usufrui, podendo ainda implicar em meio de sustento para pessoas que buscam fornecer pequenos serviços nestes locais. Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioambientais na vida dos permissionários, levando em conta a construção do balneário Curva São Paulo nas margens do rio Poti, em Teresina, PI. Para desenvolver este estudo, questionou-se quais foram os impactos socioambientais ocorridos após a construção do balneário, com o foco principal na vida dos permissionários que vivenciaram todo processo de construção e as consequências após as cheias que destruíram a estrutura construída. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com observação direta, orientada, além de entrevista com os permissionários do balneário Curva São Paulo, localizado no Bairro São Sebastião, Região Sudeste de Teresina, Piauí. Um dos principais resultados aponta que houve impactos positivos nas atividades econômicas dos permissionários após a construção do balneário.

**Palavras-chave:** Impactos Socioambientais. Meio Ambiente. Balneabilidade.

## **ABSTRACT**

*Balnearies are places that provide well-being and tranquility, as people enjoy moments of leisure and relaxation. Such places may also be the source of income to those who offer small services to these facilities. This research aims to analyze the socio-environmental impacts on the life of permission holders, taking in consideration the construction of the balneary "Curva São Paulo" on the banks of the Poti River, located in Teresina city, Brazil. In order to develop this study, we investigated the social and environmental impacts that occurred after the construction of the balneary, focusing on the life of permission holders who experienced the entire construction process and faced the consequences of floods that destroyed the built structure. In this sense, a qualitative approach was conducted using direct oriented observation, and interviews with permission holders of the Balneary "Curva São Paulo", in São Sebastião, a neighborhood located in the Southeastern Region of Teresina city, in Brazil. The results indicate positive impacts on the economic activities of the locals after the construction of the balneary.*

**Keywords:** Socioenvironmental impacts. Environment. Balneability.

## **INTRODUÇÃO**

As áreas de balneabilidade possibilitam momentos de lazer e descontração nos mais variados lugares, proporcionando sensações de bem-estar e tranquilidade. Em face desta finalidade, deve ser considerada a responsabilidade da manutenção desses espaços, evitando, assim, o aumento da degradação e dos impactos socioambientais, que são as consequências das intervenções humanas nesses locais. Outra interferência a ser destacada é a ação do poder público, que leva à infraestrutura, facilitando o acesso e possibilitando o lazer. Assim,

Dentre os diversos usos possíveis das águas, a recreação de contato primário sempre esteve presente na cultura humana, sendo considerado como um dos usos mais nobres, devido à sua importância social, bem como os requisitos de qualidade da água demandados. (VON ESPERLING, 2003 *apud* LOPES; JESUS, 2017, p. 559).

Nesse sentido, percebe-se que quando o poder público decide elaborar um projeto para a construção de um balneário nas margens de rio, deve-se levar em conta todos os aspectos que envolvem qualidade da água

e adequação do local para esse tipo de empreendimento. Assim, quando se leva uma infraestrutura para ambientes como áreas de inundação, que sofrem com constantes movimentos das ações da natureza, é de suma importância avaliar se as consequências para o ambiente natural e para a sociedade são fatores decisivos na elaboração de projetos desse tipo, e de quem irá fazer uso, além de como esses aspectos podem influenciar e impactar o meio ambiente.

O balneário Curva São Paulo está localizado no bairro São Sebastião, Região Sudeste de Teresina, Piauí, e construído no ano de 2006 pela Prefeitura de Teresina, para atender aos anseios dos permissionários e da população da região dos bairros próximos, que almejavam um ambiente de lazer por estarem ocupando o leito do rio. Os permissionários já trabalhavam no local ocupando os bancos de areia que se formam quando o curso fluvial diminui até o retorno do período chuvoso.

O presente estudo resulta da pesquisa realizada no balneário Curva São Paulo, entre os anos de 2018 e 2019, com o objetivo geral de analisar os impactos socioambientais após a implantação do balneário, levando em conta os relatos fornecidos pelos permissionários no decorrer da pesquisa, considerando também os objetivos específicos ordenados da seguinte maneira: primeiro, verificar os impactos socioambientais que ocorreram após a construção do balneário e as mudanças ocorridas para os permissionários que ocupavam a área antes, e que permanecem após a construção; em seguida, identificar quais as consequências para os permissionários que trabalham e residem no local; e, para finalizar, discutir quais os impactos da implantação do balneário para o meio ambiente.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi iniciada a partir de revisão bibliográfica com autores que tratam da Geografia na perspectiva socioambiental, e outras leituras complementares, a partir das quais buscou-se conhecer o conceito de meio ambiente voltado para impactos ambientais e a interferência antrópica, bem como leituras relacionadas às áreas de balneabilidade. A modalidade da pesquisa, quanto

à sua abordagem, foi qualitativa e, no que se refere ao tipo, buscou-se a pesquisa descritiva e exploratória, além de se utilizar da pesquisa de campo com realização de entrevista orientada e direcionada.

## **IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA**

Na década de 60 e 70 do século passado, discussões sobre o meio ambiente não aconteciam com tanta grandeza como nos dias atuais. Até esse período quando havia debate sobre o tema estes giravam em torno de assuntos como poluição atmosférica e/ou contaminação por agrotóxicos. Com a ocorrência das conferências sobre meio ambiente, os debates passaram a ser mais voltados para a preservação e conservação dos recursos naturais, bem como seu uso de maneira sustentável.

Verona, Galina e Troppmair (2003, p. 88) apontam que “[...] se levarmos em conta que a ação do homem em um ambiente natural vai gerar algum impacto, a de se avaliar as ações através de um estudo de impacto ambiental”. Nesse sentido, Sánchez (2008, p.181) explica que “[...] os impactos ambientais decorrem de uma ou de um conjunto de ações ou atividades humanas realizadas, em um certo local”.

As questões ambientais se institucionalizaram nos centros de pesquisa científica no intervalo das décadas de 1960 e 1970, sendo a Conferência das Nações Unidas sobre o “Meio Ambiente Humano”, que ocorreu em 1972, em Estocolmo, capital da Suécia, um importante ponto de partida. Após 20 anos, em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) favoreceu outro evento que teve como tema central “Meio Ambiente e Desenvolvimento”, este evento teve como palco a cidade do Rio de Janeiro, Brasil (SÁNCHEZ, 2008).

Dessa forma, evidenciou-se, nos encontros mundiais, as questões voltadas para o uso sustentável, pois, a partir desses eventos, percebeu-se uma preocupação com uso dos recursos naturais e as consequências desse uso indiscriminado. Durante os eventos, acordos foram firmados entre diversos países que se comprometeram no sentido de diminuir os impactos de atividades consideradas poluidoras e, de certa forma, a longo prazo,

colocariam o planeta em situação de comprometimento na qualidade de vida dos indivíduos no meio ambiente.

Nesse contexto, não há como desvincular a ocorrência da revolução industrial com a mudança no comportamento e nos hábitos de consumo da sociedade e, em decorrência desse fato, ocorrem alterações ou modificações no ambiente, que comprometem os sistemas que se relacionam e se estabelecem numa situação de causa e efeito.

Coelho (2010) corrobora com o pensamento de Sánchez (2008) no que se refere aos problemas ambientais, relacionados à sociedade e à ecologia, pois não ocorre na mesma proporção no espaço urbano, visto que ocorre com uma predominância maior nos espaços físicos ocupados pelas classes sociais mais necessitadas, levando em conta a distribuição espacial, relacionadas às questões de valorização e desvalorização dos espaços.

Ainda nessa linha de pensamento, o socioambiental baseia-se no entendimento da dinâmica da natureza e da dinâmica da sociedade, e que não se deve resumir uma à outra, nos processos de interação e consequências, tanto para o mundo natural quanto para o mundo social (SILVA; AQUINO, 2018).

Nessa visão, não há como relacionar as causas de um impacto no ambiente natural sem incluir a ação do ser humano, tendo em vista as consequências que decorrem de toda e qualquer intervenção no ambiente. Quando se trata de estabelecer a interação do homem com o meio, há de se considerar as transformações que ocorrem a partir desse movimento de troca, na qual não há como se dissociar o homem da natureza, seja na cidade, seja no campo. Neste sentido, as relações sociedade-natureza merecem uma atenção maior em se tratando de conflitos socioambientais, constatando-se as diversas situações de grupos sociais mais afetados (CARVALHO, 2004).

Portanto, no processo de ocupação de uma área há uma relação de conflito, com a atual realidade ambiental que engloba as leis ambientais e o acesso à moradia, quando se estabelece também a ocorrência de leis de uso

e ocupação do solo, considerando também as Áreas de Proteção Permanente (APP) que são delimitadas por leis, sejam elas no âmbito Municipal, Estadual e/ou Federal.

## IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E OUTROS IMPACTOS

Para se analisar os impactos ocorridos em uma determinada área ou sociedade, estabelece-se o conceito de impacto e qual a importância de detectar ou caracterizá-lo. Segundo Coelho (2010), para cada situação, na análise dos impactos urbanos, tornam-se necessárias as investigações sobre as distâncias e às condições ecológicas, assim como o acesso à terra e às formas de apropriação dos espaços da cidade.

Nessa linha de raciocínio, os impactos ambientais e o direito a um meio ambiente equilibrado e com aspectos que proporcionem a qualidade de vida e o bem-estar, evitando assim a degradação e as ocorrências dos conflitos. Como afirma Carvalho (2004), todos dependem de um ambiente equilibrado para viver, e, quando ocorre a degradação, esta atinge a todos e impacta o direito coletivo, contribuindo para que ocorram as situações de conflitos que estão relacionados à gestão e à apropriação dos bens ambientais.

Os bens ambientais, constitucionalmente, são indispensáveis à vida humana, e, considerando que se vive em sociedade, e que não há apenas esses bens, mas também os bens econômicos e sociais. Existe uma predominância de grupos com uma influência econômica e política maior que escondem os verdadeiros interesses corporativos, desconsiderando os coletivos quando se trata de bens ambientais (CARVALHO, 2004).

A problemática ambiental contemporânea está atrelada a uma visão de mundo na perspectiva marxista, diferenciando as leis naturais (dinâmica da natureza) e os processos sociais (dinâmica da sociedade), e, é nessa concepção que a geografia socioambiental não se abstém (MENDONÇA, 2001). Nesse sentido, a abordagem da geografia como corrente do pensamento geográfico e diante dos atuais acontecimentos, após o século

XX, não há como pensar em problemas ambientais sem considerar a participação do homem.

Mendonça (2001) afirma que a abordagem do meio ambiente relaciona-se, diretamente, ao homem como elemento que constitui o ambiente, e, assim, não há possibilidade de compreender a realidade ambiental sem o entendimento desses elementos componentes. Diante disso, atualmente há uma necessidade de se utilizar o termo socioambiental devido à dificuldade em se falar meio ambiente, como foco apenas a natureza, quando se reflete sobre a problemática dessa interação da sociedade – natureza na atualidade.

Conforme Mendonça (2001, p. 117) “[...] o termo “sócio” aparece, então atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento parte fundamental dos processos relacionados à problemática”. Nessa perspectiva, o enfoque ambiental é uma interação dialética, da sociedade e da natureza, tendo em vista os aspectos naturais e as reflexões sobre a centralidade do homem nas discussões que envolvem as desigualdades sociais.

Desse modo, o socioambientalismo nasce de movimentos sociais e dos movimentos ambientais na segunda metade da década de 1980, e inserido nesse contexto, a problemática ambiental, baseado na concepção do ambientalismo geográfico. Nessa perspectiva, caracteriza-se a ruptura com as características dos ambientes naturais sendo abordados de forma descritiva e analítica, tratando numa abordagem as interatividades existentes entre natureza e sociedade (MENDONÇA, 2001).

Essa respectiva proposta, tratada pelo referido autor, consiste em promover intervenções, objetivando uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos a partir da conscientização e sensibilização na recuperação e manutenção dos ambientes degradados. Mendonça (2001, p.124) relata que “[...] a geografia socioambiental deve emanar de problemáticas em que situações conflituosas decorrentes da interação entre sociedade e natureza explicitem degradação de uma ou de ambas”.

## IMPACTOS EM ÁREAS DE BALNEABILIDADE

A discussão sobre a utilização dos rios como área de lazer, os primeiros registros sobre o uso da água para fins de balneabilidade têm origem na época do império egípcio, quando apenas a casta nobre tinha direito ao uso da água para esse fim. Em países orientais, os banhos nos rios estão mais voltados para os aspectos religiosos (VON SPERLING, 2003 *apud* MORAIS, 2011).

Ao se reconhecer o lazer como um dos fatores básicos que contribuem para o acesso à cidadania e à qualidade de vida das pessoas de forma geral, estabeleceu-se, a partir do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o lazer como direito, constando inclusive na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 24), e sendo considerado um direito social na Constituição Federal do Brasil (Artigos 6º, 7º, 217º e 227º) (GOMEZ, 2006 *apud* LOPES; JESUS, 2017).

Quando se busca o lazer e o descanso, há certa dificuldade de se ter acesso a esses espaços atualmente, devido ao intenso processo de urbanização e às restrições desses ambientes. O lazer é paulatinamente incluído na dinâmica capitalista, torna-se uma mercadoria, uma vez que os meios e os locais transformam-se em ambientes para os quais o acesso é mediante pagamento prévio. Não há muita diferença nos espaços públicos ou privados em relação às taxas de pagamentos, pois, quando não se paga para estar no local são oferecidas atividades, produtos, e até serviços, para a permanência nesses ambientes, sejam praias, parques ou outros lugares (LOPES; JESUS, 2017).

Portanto, para que se promova o lazer nesses espaços, são necessárias intervenções da sociedade civil organizada ou até mesmo particular. Ocorre que, nos centros urbanos, as áreas de lazer geralmente se restringem aos parques ambientais, ou margens de rios, com atividades humanas de diversos níveis, sejam do ponto de vista da iniciativa pública, se a cidade os tiver, e praias, quando são cidades banhadas pelos oceanos.

Nessa linha de pensamento, para desenvolver qualquer projeto que se julgue necessária a intervenção humana no ambiente físico, há que se considerarem os estudos de impactos e avaliações de impacto (EIA/RIMA). Oliveira e Medeiros (2007, p. 82) com base na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), 001/86, Art. 1º, definem Impacto Ambiental como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais.

No que se refere aos levantamentos de impactos que a lei impõe, nota-se uma imparcialidade em relação ao cumprimento de etapas e exigências dos documentos já citados. Nessa continuidade, Dieffy (1975 *apud* OLIVEIRA; MEDEIROS, 2007) descreve que o impacto ambiental pode ser visto como parte de uma relação causa-efeito.

Nesse entendimento, outro ponto de vista, de acordo com Oliveira e Medeiros (2007, p. 83), do que é impacto ambiental está na Lei 6.938/81, Art. 3º, Inciso. II, que

[...] considera degradação da qualidade ambiental, “a alteração adversa das características do meio ambiente”. Em seu Inciso III, entende a poluição como sendo: O ambiente degradado é o resultado das atividades que prejudiquem direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar das populações, possibilitando adversidades nas atividades sociais e econômicas; afetando a biota. As condições estéticas, sanitárias do meio ambiente ou emitam matéria ou energia que estejam em desacordo com os padrões estabelecidos.

As intervenções humanas nas margens de rios e a construção de balneários nesses ambientes podem causar impactos ambientais negativos e positivos. Esses impactos podem ser resultado da desinformação das populações e das necessidades de moradias de baixo custo.

## OS IMPACTOS NA PERSPECTIVA DOS PERMISSIONÁRIOS

A pesquisa foi realizada no balneário Curva São Paulo e os participantes entrevistados contribuíram com suas respectivas respostas baseadas nas suas vivências e experiências, tendo em vista que eles são, diretamente, os mais afetados com a construção do balneário. Além de se perceber, também, durante a pesquisa, a transformação no espaço após o empreendimento e à cheia ocorrida no ano de 2009.

Algo a ser considerado foi o benefício que a infraestrutura construída, no balneário, possibilitou aos permissionários para melhor atender à clientela. Como exemplo, alguns dos entrevistados relataram que o que causou impacto se deu pela forma de atendimento, principalmente, um local adequado para acomodar os materiais de uso. De forma bem detalhada na entrevista foi revelado, conforme o entrevistado 1, que quando as barracas eram dentro do rio,

[...] era muito trabalhoso atender bem, uma das maiores dificuldades era após encerrar os momentos de lazer, era muito complicado guardar as mesas e cadeiras, e produtos que eram vendidos no local, funcionava quase tudo no improviso, muitas vezes deixava a desejar no atendimento, e também não tinha como armazenar os produtos que não eram vendidos, por falta de geladeiras e freezers, entre outros.

Com a construção do balneário, a infraestrutura melhorou, este aspecto facilitou o atendimento aos visitantes, assim como o acesso à energia elétrica forneceu condições para armazenar os produtos vendidos no local, e a construção do quiosque restabeleceu o ambiente, ocorrendo melhores condições no que se refere às questões de higiene e saúde, porque antes não havia banheiros, o que causava impactos ambientais e acelerava o processo de degradação e poluição do rio. Como diz Morais (2011, p. 52),

As barracas, erguidas com madeira, revestidas e cobertas com palhas, funcionavam em condições precárias, carentes de banheiros, água, energia elétrica (improvisadas através de ligações clandestinas) e depósitos de lixo inadequados.

Diante desses aspectos, realizou-se levantamento através de entrevista para uma possível compreensão dos impactos que o empreendimento trouxe para a comunidade e para o meio ambiente.

De 8 (oito) permissionários que responderam às perguntas previamente elaboradas, 6 (seis) são do sexo masculino, e 2 (dois) do sexo feminino. Levando em conta o nível de escolaridade dos 8 (oito) entrevistados, 6 (seis) possuem Ensino Médio completo e 2 (dois) Ensino Fundamental incompleto. Em relação à faixa etária dos 8 (oito) entrevistados, apenas 1 (um) está na faixa etária dos 35 a 45 anos e 7 (sete) entre 55 e 65 anos de idade. No que se refere à renda dos permissionários, 4 (quatro) responderam ganhar menos de um salário mínimo e 4 (quatro) recebem 1 (um) salário mínimo por mês.

Sobre os impactos decorrentes da ocupação e da construção do balneário, um dos entrevistados disse: "as famílias que foram transferidas para o local, ocupavam outra área da cidade de Teresina, foram retiradas pelo poder público municipal e transferida para uma vila próxima ao local do balneário". Um dos entrevistados revelou na entrevista que

[...] as famílias que residiam no entorno do atual balneário não tinham nenhuma renda para sustentar seus familiares e começaram comercializar os peixes e bebidas dentro do rio no período de estiagem em barracas improvisadas e com pouca estrutura para atender os clientes.

Ocorre que os hábitos dos próprios barraqueiros e frequentadores poluíam o rio e aceleravam o processo de degradação, e as condições de higiene eram precárias, com um atendimento de pouca qualidade. Em outro momento, outro permissionário relata que: "As vendas eram melhores lá dentro do rio, não pagávamos nenhuma taxa, e isso facilitava o nosso lucro." Diante disso, nota-se que a ocupação do leito do rio Poti e suas margens não foi somente por uma necessidade econômica, mas também de moradia, o que se constatou durante esta pesquisa.

No decorrer do trabalho de campo, realizou-se a observação direta da área de estudo, o que contribuiu para a elaboração do roteiro de entrevista facilitando a coleta de dados. Inicialmente, perguntou-se sobre o período de

início de uso da área como, quando e porque decidiram trabalhar e ocupá-la, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Situação da ocupação do balneário sobre trabalho e moradia**

Entrevistados	Respostas
1	Já trabalhava quando as barracas eram lá dentro do rio, era melhor por um lado, mas não tinha onde guardas as coisas.
2	Em 1995, trabalhava a cada seis 6 (seis) meses, dentro do rio, aos finais de semana.
3	Desde do tempo que era dentro do rio.
4	Não lembro o ano mais desde que as barracas eram lá dentro do rio
5	Em 2014, para trabalhar e residir no local.
6	Em 2016, residir e morar.
7	Veio em 1999 já trabalhava antes no local
8	Em 1997 após a enchente de 1996 as famílias de outra vila (Vila Bagdá) vieram para esse local.

Fonte: Fernandes (2019).

De acordo com as respostas dos entrevistados no Quadro 1, há recorrência nas respostas em relação aos motivos que levaram os permissionários a ocupar a área antes da construção do balneário, este aspecto é ressaltado quando o entrevistado 1 afirma que já trabalhava antes da estrutura ser construída. Nota-se, então, que a área já era ocupada para esse fim, e que os demais entrevistados, exceto os entrevistados 5 e 6, não trabalhavam nas barracas no leito do rio no período seco.

Outro ponto a ser observado, refere-se à questão da moradia, pois, além de trabalhar, alguns permissionários passaram a residir no local, no caso dos entrevistados 1, 5, 6, 7 e 8. É importante perceber que não foi apenas a situação econômica que influenciou na escolha dos entrevistados em residir no ambiente de trabalho. Quando o entrevistado 8 diz que, após a enchente de 1996, as famílias chegaram na área para trabalhar, algumas já vinham de um processo de perda de seus imóveis na vila pelo mesmo problema existente na área do balneário.

Nota-se, de acordo com o entrevistado 1, que a possibilidade de trabalhar no local foi também um meio de subsistência, pois, em sua fala, deixa transparecer que não tinha outras opções de moradia e renda. O entrevistado 2 demonstrou uma maior autonomia em relação à moradia, porém enfatiza a questão econômica como necessária para trabalhar no balneário. Os entrevistados 3 e 4, como se percebe, colocam as mesmas opções, não residem no balneário, mas precisam trabalhar para sustentar suas famílias, bem como o entrevistado 7, que faz alusão à questão financeira.

Os entrevistados 5 e 6 disseram que vieram para o lazer e trabalho, ambos resolveram ocupar os quiosques, que foram abandonados por outros permissionários, após a enchente de 2009 e, atualmente, trabalham e residem no balneário. O entrevistado 5 disse que “Não foram questões econômicas e moradia, foi apenas porque gostou muito do local e que gosta de estar em contato com a natureza”. Para finalizar, o entrevistado 8 relatou que, por questões pessoais e financeiras, não tinha como trabalhar em outro local e, por isso, resolveu se utilizar do rio. Nesse sentido, e de acordo com as falas dos entrevistados, constatou-se, durante a pesquisa, que a ocupação da área mesmo “inapropriada” para moradia era economicamente viável.

Em relação à construção do balneário, indagou-se como ocorreu a mudança na visão dos permissionários e de que forma foram orientados em relação ao uso e à conservação do local, tendo em vista que eles são responsáveis parcialmente pela manutenção de parte da estrutura. Outro aspecto dos impactos direciona ao fato de que alguns permissionários fizeram investimentos para atender melhor sua clientela, e não conseguiram o retorno financeiro esperado. O entrevistado 2 relatou que

Os permissionários fizeram um empréstimo com o objetivo de armazenar melhor os alimentos e bebidas que são servidos no local, mais após a cheia de 2009 perderam as geladeiras e freezers, e a parte elétrica dos quiosques ficou comprometida, e não conseguiram restabelecer o serviço regularmente e os lucros não vieram devido a propaganda negativa do local após as cheias de 2008/2009.

Quando questionados sobre as cheias, alguns entrevistados responderam que não se importavam, sendo descrita por eles como normal, por se tratar da margem de um rio, pois têm a consciência que esse fenômeno natural vai ocorrer todos os anos. Porém, para outros entrevistados é motivo de preocupação e relataram sentir medo, mas não dispõem de alternativa e por essa razão permanecem no local, mesmo com receio de perderem tudo por causa de uma enchente. O entrevistado 1 disse que

Quando olho pro tempo e vejo que vai chover já não consigo dormir preocupado com medo do rio encher e alagar tudo, como ocorreu em 2009, mais não consigo sair desse lugar, não tenho condições de comprar outro imóvel em outro local.

Já o entrevistado 2 relata que “fica com medo e preocupado, mas não tem como evitar, pois, como precisa trabalhar, aprendeu a conviver”. O entrevistado 7 teme por perdas financeiras no período chuvoso, motivo de preocupação.

Sobre os possíveis impactos para a vida dos permissionários, no balneário, em decorrência das cheias e do uso e conservação do local, perguntou-se, durante a entrevista, o que é impacto ambiental. O Quadro 2 apresenta o entendimento dos permissionários sobre impacto ambiental.

**Quadro 2 – Entendimento dos permissionários sobre impacto ambiental**

Entrevistados	Respostas
1	Melhor para a natureza quando não retira a mata da margem do rio
2	Retirar a areia e a mata da natureza
3	Lixo na natureza
4	Lixo nas margens do rio
5	Falta de urbanização
6	Destruição e erosão
7	Lixo e queimada
8	Depende da conservação para construir foi retirada muito areia do rio e mata da margem do rio

Fonte: Fernandes (2019).

A partir da apresentação das falas no Quadro 2, denota-se a predominância das respostas voltadas à atribuição da questão de descartar o lixo no ambiente, compreendendo-a como causa do impacto ambiental. Relatou-se, também, que a retirada da areia e da mata ciliar podem causar impactos. Ocorreram divergências entre as falas dos entrevistados, pois enquanto um limitou-se a dizer que “quando se retirou a mata da margem do rio foi bom para os banhistas acessarem o rio”, e outro relacionou com a urbanização e conservação, afirmando que “a urbanização e a criação da área para o lazer foi com o objetivo de conservar o parque ambiental curva São do São Paulo”.

Na fala do entrevistado 1, nota-se que, no seu entendimento, quando foi realizada a retirada da mata da margem do rio prejudicou a natureza, compreendendo que antes a vegetação nas margens protegia o rio e era melhor para o ambiente natural, diminuindo assim o impacto ambiental. Em outro momento, esse mesmo entrevistado diz que: “Antes da construção do balneário era melhor para a natureza, por que não foi retirada a mata da margem do rio”. Dessa forma, percebe-se que, para o permissionário, a intervenção antrópica contribui com o aumento do processo de erosão, ocasionando a destruição da estrutura construída.

## **CONCLUSÃO**

Evidenciou-se, nas entrevistas, para os permissionários, que ocorreram sim impactos no ambiente que interferiram em suas atividades e no seu modo de vida, visto que, após a construção, ocorreu mudanças em relação aos meios de trabalho, a segurança e aos clientes, que se afastaram por causa dos custos em relação aos produtos consumidos no local, como a diferença em relação às barracas anteriormente.

Outro dado analisado, na pesquisa, refere-se aos impactos pós-enchente de 2009, que arrasou toda a estrutura do balneário, o que permanece até o momento da realização da pesquisa sem nenhuma perspectiva de reforma, e esse fato, segundo os permissionários, interrompeu

os processos e as funções do balneário, tornando o lugar abandonado, sem segurança, e pouco frequentado, mas o que se detectou mais especificamente foi a ausência de manutenção por parte do poder público, considerando o fato que o balneário foi construído por esse agente público.

Atualmente, o balneário funciona em condições muito precárias, sem condições adequadas de receber os visitantes, com a estrutura quase toda destruída, e apenas 10 quiosques funcionam esporadicamente, com a situação de ocupação irregular em alguns quiosques que estavam fechados e abandonados, sem a presença do poder público, sem sinalização de acesso ao rio, com muita sujeira, animais domésticos, muitos resíduos distribuídos por toda a área, e a nítida falta de manutenção no local.

Portanto, apesar de ser um dos parques ambientais de Teresina, o balneário Curva São Paulo, encontra-se em situação de abandono, não havendo nenhuma perspectiva, por parte dos permissionários, de revitalização da área, pois não há projeto em andamento de forma concreta na SDU Sudeste, apenas o projeto de recuperação, sem previsão estabelecida.

Outro ponto a destacar é a ocupação irregular, pois a estrutura não foi construída para atender às necessidades de moradia, tornando inviável a permanência desses ocupantes, sendo totalmente precária, gerando alguns impactos, e provocando situação de risco para essas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade socioambiental, tendo em vista que, no período chuvoso, precisam ser retiradas do local, necessitando do auxílio moradia por parte do poder público.

Conclui-se que a área é relevante para a população da Região Sudeste de Teresina, devido à possibilidade de lazer e recreação, mas se faz necessário que se adotem medidas objetivas para que a área possa manter sua conservação, considerando a condição natural do rio Poti, e que o balneário curva São Paulo resgate sua importância do ponto de vista da natureza, do lazer, da cultura e do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas. *In*: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 19-45.

LOPES, Frederico Wagner de Azevedo; JESUS, Cláudio Roberto de. Lazer e balneabilidade: uma abordagem histórica sobre o uso recreacional das águas na sociedade. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, p.557-572, 2017.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 139-158, 1 sem. 2001.

MORAIS, Reurysson Chagas de Sousa. **Diagnóstico socioambiental do Balneário Curva São Paulo, Teresina-PI**. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento de Meio Ambiente, Universidade Feral do Piauí, Teresina.

OLIVEIRA, Frederico Fonseca Galvão de; MEDEIROS, Wenderson Dantas de Araújo. Bases teóricas de Métodos para avaliação de impactos Ambientais em EIA / RIMA. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, ano 06, n. 11, p. 79-82, 2007.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceito e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SILVA, Francisco Jonh Lennon Tavares da; AQUINO, Cláudia Maria Sabóia de. RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NO AMBIENTE URBANO: APORTES PARA UMA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL. *In*: SILVA, Francisco Jonh Lennon Tavares da; AQUINO, Cláudia Maria Sabóia Aquino de; AQUINO, Renê Pedro de (org.). **Questões Socioambientais urbanas no Piauí: diferentes enfoques**. Teresina: EDUFPI, 2018. P. 13-33.

VERONA, Juliana Augusta; GALINA, Márcia Helena; TROPPEMAIR, Helmut. Geografia e questões ambientais. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, ano 2, n. 4, p. 87-97, 2003.